



QUALIDADE DE VIDA, MEIO AMBIENTE URBANO E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE CASCAVEL, NA REGIÃO SUL DE GOIÂNIA

RESENDE, Ubiratan Pereira de¹

Resumo

O espaço das metrópoles apresenta uma dinâmica complexa e contraditória. O adensamento populacional, a formação de novas centralidades e a expansão das periferias acarretam a carência de espaços públicos de lazer e de possibilidades de contato com o ambiente natural. Ao passo que gigantescas massas de concreto, vidro, asfalto e frotas automotivas vão crescendo, emerge um movimento de valorização do binômio qualidade de vida e meio ambiente saudável, que ocupa cada vez mais espaços nas esferas públicas, na publicidade política e nas campanhas publicitárias veiculadas pelos agentes imobiliários. O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar o papel que o Parque Cascavel, localizado na região sul de Goiânia, vem desempenhando enquanto agente potencializador de processos de especulação imobiliária, verticalização e adensamento populacional nas suas adjacências. Procura investigar também em que medida a promoção da qualidade de vida e do ambiente urbano saudável é variável que adquire relevância neste processo.

Palavras-chave: Qualidade ambiental. Especulação Imobiliária. Parques urbanos. Parque Cascavel. Goiânia

Introdução

A cidade de Goiânia, na iminência de completar oito décadas de sua fundação, apresenta em sua dinâmica sócio-espacial elementos que atestam um grande dinamismo econômico e demográfico. A natureza complexa e multifacetada de seu tecido urbano exige uma abordagem que inclua as dimensões política, cultural, a qualidade de vida, o lazer, e o meio ambiente. Assim sendo, os estudos sobre o urbano devem contemplar os elementos de natureza material - economia/sociedade/técnica -, juntamente com os componentes imateriais, com destaque para o bem-estar humano.

Nas últimas duas décadas o binômio qualidade de vida urbana e meio ambiente saudável vem ocupando espaços nas esferas da publicidade política e empresarial e nos discursos teóricos dos mais variados matizes. Neste contexto, a valorização dos espaços

¹ IESA/UFG, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Professor do Centro Educacional SESC Cidadania- Goiânia, up_resende@hotmail.com



públicos, sobretudo dos parques urbanos, ganha destaque e articula-se com necessidades prementes de uma população carente de áreas de lazer e contato com o verde.

O presente trabalho tem como objetivo investigar a relação existente entre a implantação do Parque Cascavel, nas zonas fronteiriças dos bairros Parque Amazônia e Jardim Atlântico, na Região Sul de Goiânia, com os discursos relacionados à questão da qualidade de vida e do meio ambiente, divulgados pelos agentes públicos, imobiliários e suas campanhas publicitárias. Temos ainda, como foco, a análise das contraditórias relações que aproximam os interesses mercadológicos e políticos que norteiam a implantação do Parque Cascavel com processos de especulação, verticalização e construção de espaços valorizados em Goiânia.

Para a condução deste trabalho, tivemos como fontes de investigação, além da observação empírica, campanhas publicitárias, materiais informativos e anúncios que associam preferencialmente a aquisição de imóveis nas proximidades do Parque Cascavel enquanto elemento indicador de qualidade de vida, tranquilidade e respeito ao meio ambiente. A escolha deste objeto de investigação justifica-se, antes de tudo, pela constatação de que o referido parque apresenta em seu entorno uma gama de intervenções urbanas que se identificam com a construção dos chamados espaços valorizados.

Goiânia e a questão ambiental

Nas duas últimas décadas, podemos observar a crescente preocupação por parte da administração municipal, de agentes imobiliários e de setores ligados ao marketing de turismo em associar a imagem de Goiânia a bons indicadores ambientais e de qualidade de vida. Dos idos da década de 1990 até os dias atuais, tivemos várias campanhas e slogans que procuraram associar a imagem de Goiânia à qualidade ambiental. Na administração do Prefeito Darci Accorsi (1993 a 1996), tivemos Goiânia enquanto “cidade ecologicamente correta” e, posteriormente, na administração de Nion albernaz (1997 a 2000), “Cidade das Flores”. Na atualidade, coabitam no imaginário coletivo e nas campanhas publicitárias relativas à Goiânia a imagem de “Cidade dos parques”, “capital brasileira com melhor qualidade de vida” e “cidade brasileira com maior concentração de área verde por habitante”. Segundo o Relatório do Plano Diretor de Arborização Urbana de Goiânia, produzido pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA, 2008), o Índice de Área Verde por habitante (IAV) em nossa capital é de 94 metros quadrados, à frente de outras capitais cujas imagens também se associam à qualidade de vida e conservação do meio ambiente, como Curitiba e João Pessoa. Tal constatação contribuiu para que nossa capital recebesse



em 2007, da Organização Brasil Américas, o prêmio de capital brasileira com melhor qualidade de vida. De acordo com Arrais (2001), isso indicaria um movimento de diferenciação entre Goiânia e as demais cidades do país.

Goiânia, até 2005, contava com apenas seis parques urbanos plenamente estruturados para atender sua população. Hoje, devido ao trabalho realizado pelo governo municipal nos últimos anos, até meados de 2010, este número mais que triplicou, perfazendo 21 unidades já disponibilizadas para usufruto da população. Para se ter idéia do que isso representa para a cidade e sua gente, basta estabelecer uma conversa informal com a maior parte dos moradores da cidade para constatar que, no imaginário da população local, “parques urbanos”, “áreas verdes” e “qualidade de vida” são idéias que andam juntas.

Notamos que a criação ou revitalização de parques, torna-se instrumento potencializador da especulação e da verticalização. Em Goiânia, tal processo se manifesta em torno de vários parques da Região Central e Sul da cidade, seja por meio de sua implantação - Parque Municipal Flamboyant Lourival Louza (Jardim Goiás, Região Sudeste) -, seja na forma de revitalização dos já existentes - Bosque dos Buritis (Setores Central e Oeste, Região Central); Parque Vaca Brava (Setor Bueno, Região Sul); Parque Zoológico/Lago das Rosas (Setores Central e Oeste, Região Central); Parque Areião (Setores Pedro Ludovico, Marista e Sul, Região Sul). Recentemente, o Parque Cascavel, localizado na zona de fronteira entre os bairros Jardim Atlântico, Parque Amazônia e Vila Rosa, na Região Sul, vem se destacando enquanto equipamento urbano capaz de agregar valor e atrair investimentos imobiliários para as áreas contíguas ao Parque.

Parque urbano: de indicador de qualidade de vida urbana à posição de agente potencializador da especulação e da segregação socioespacial

Segundo Kliass, parques urbanos são “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação” (1993, p. 19). Como mostram Silva e Ferreira (2003), o surgimento dos parques públicos como elemento constituinte da paisagem urbana remonta à Inglaterra do século XVIII, e daí se expande para outras partes da Europa e EUA, sendo marco importante a criação do Central Park, em Nova York, ainda em 1858. Já no século XX, inclusive no Brasil, devido à intensificação dos processos de urbanização e industrialização típicos do capitalismo, a conservação do ambiente natural começa a ser reconhecida como indicador de qualidade de vida e os parques se tornam ainda mais valorizados como equipamentos urbanos. Nas palavras de Serpa:



a necessidade de natureza nunca foi tão evidente, colocando os parques públicos no centro das novas problemáticas urbanas, e tornando o uso de “áreas verdes” um direito de todos os cidadãos. [...] Esses espaços de natureza cada vez mais rara representam o antídoto para os ritmos urbanos, o stress e a poluição. (2007, p. 82).

Nas metrópoles, a definição de espaços específicos para a implantação de parques passa a integrar as políticas de planejamento urbano e territorial, bem como o reconhecimento da sua importância como elemento de valorização imobiliária se manifesta nas planilhas e nos planos de expansão das grandes incorporadoras e nas plataformas políticas de variados matizes ideológicos. Podemos dizer que os parques urbanos comportam uma abordagem contraditória: por um lado, estão associados ao bem-estar das populações citadinas, pois são vistos como elementos capazes de contribuir para a construção da imagem de cidades preocupadas com indicadores de qualidade ambiental e social; por outro, articulam-se de forma nítida ao mundo dos negócios, uma vez que tendem a provocar de forma direta um acréscimo ao valor agregado do solo. O mercado imobiliário se utiliza destes elementos para promoção da verticalização, gerando uma especulação imobiliária e atuando de forma seletiva em determinadas áreas da cidade. Os fundos de vales com remanescentes de vegetação original, desde que bem localizados, se apresentam como verdadeiros achados. Em Goiânia, os Parques Bosque dos Buritis, Vaca Brava, Flamboyant, Areião e, mais recentemente, o Cascavel, relacionam-se de forma significativa com processos de especulação e verticalização. Mascarenhas (2006) afirma que o processo produtor de localizações fundamenta-se em um modelo segregacionista, concentrando os equipamentos de lazer nas áreas mais nobres. Em outras palavras, os parques urbanos se tornaram um “objeto de consumo”, integrando estratégias de requalificação urbana (SERPA, 2005).

A configuração de novas centralidades aponta para o grau de importância territorial e poder de polarização e de atratividade, de pessoas, investimentos e serviços. Relaciona-se com a especulação e a idéia de apropriação de “lugares vantajosos” ou “amenos” (SILVEIRA E RIBEIRO, 2008). Segundo Silva Júnior, “especular é conter, guardar algo na probabilidade de realizar uma barganha vantajosa assim que surgir a necessidade de lucro, quando o valor a ser recebido pela barganha seria muito superior ao preço da valia” (2007, p. 2). Em geral, os investidores compram terrenos em áreas dotadas de possibilidade de valorização, asseguram a posse para depois disporem dos mesmos mediante valorização. Parece ser o que se observa na área do Parque Cascavel e adjacências, cuja ocupação mais acentuada se deu nos últimos dez anos e se articula com a instalação de condôminos



horizontais, um grande shopping, redes de materiais de construção, hipermercados, concessionárias, laboratórios e hospitais.

O Parque Cascavel atua, assim, como um importante elemento de valorização e atratividade de pessoas e investimentos. Tal processo se iniciou e ainda vem se desenvolvendo em áreas mais distantes do Parque. Notamos que os imóveis mais próximos do Parque e que possibilitam uma “vista privilegiada” são usados como elementos para a radicalização do potencial de especulação imobiliária, pois comportam lançamentos mais arrojados e de alto padrão. Vale à pena lembrar que a renda do solo urbano não advém apenas de construções e benfeitorias, mas especialmente de sua localização, já que construções e infra-estrutura da mesma natureza, quando feitas em locais diferentes em termos de valorização urbana, possuem preços distintos (SOUZA, 1994). A localização, enquanto valor de uso e valor de troca, é um elemento advindo do trabalho humano e de suas relações sociais, com destaca Villaça (1985).

De acordo com Bonfim (2004), é evidente que a especulação imobiliária não ocorre de forma simples e isolada e não é induzida somente por proprietários, havendo toda uma complexidade própria do ambiente urbano em constante processo de transformação. Uma das conseqüências da especulação observada em decorrência da implantação do Parque Cascavel, sobretudo nas suas imediações, diz respeito à remoção de antigos proprietários ou posseiros da região. Como destaca Santos (1981), no Manual de Geografia Urbana, a especulação imobiliária é responsável principal pelo deslocamento do *habitat* das classes populares para a periferia, situação que para o mesmo autor determina que a acessibilidade aos serviços varie em função da renda de cada grupo social, gerando “cidades justapostas”.

Ao desenvolvermos os primeiros contatos com o objeto de investigação, podemos perceber que o processo de reconfiguração territorial do Parque Amazônia aponta para a formação de uma nova centralidade na Zona Metropolitana de Goiânia. Tal movimento aponta para uma relação de simbiose entre a implantação do Parque e outros grandes equipamentos urbanos, o que contribui para o aumento da especulação imobiliária e do adensamento populacional.

Parque Amazônia: de espaço periférico a zona de valorização ascendente

Localizado na zona de fronteira da Região Sul de Goiânia com o município de Aparecida de Goiânia, este bairro, até o início dos anos 1990, não despertava interesse por parte dos agentes imobiliários. Tínhamos até esta época uma configuração espacial marcada pela ocupação horizontal, grandes espaços ociosos, matagais, elevados índices de



violência e terrenos baldios. Nas proximidades do fundo de vale e nascente do Córrego Cascavel, havia inúmeros posseiros que se dedicavam ao cultivo de hortifrutis para o abastecimento de feiras e redes de supermercados da Grande Goiânia.

O que observamos nos dias atuais é um notável processo de mudança na dinâmica territorial, econômica e social deste bairro: adensamento populacional e instalação de novas empresas privadas e grandes investimentos imobiliários. A partir da publicação, em 29 de dezembro de 1994, da Lei de Zoneamento Complementar de Goiânia nº 31, ficou estabelecido que os bairros adjacentes à área do futuro Parque Cascavel - Faixa Ville, Jardim Atlântico, Vila Rosa, Parque Amazônia e Serrinha – são Zonas de Predominância Residencial de Alta Densidade, com densidade demográfica prevista de 690 habitantes por ha. Tal definição passou a permitir a construção de grandes edifícios residenciais. Verificamos que nas bordas do referido parque está sendo construído duas torres que compõem o empreendimento Varandas de Copacabana, dotado de 28 andares.

O Parque Municipal Cascavel

A Lei nº 7.884, de 18 de maio de 1999, criou o Parque Ecológico Atlântico, posteriormente denominado Parque Ecológico Municipal Cascavel, na forma da Lei nº 33, de 5 de maio de 2009. Inaugurado pelo Governo Municipal neste mesmo ano, o Cascavel está localizado em uma faixa de preservação de fundo de vale, fazendo fronteira com três bairros da região sul/sudeste de Goiânia: Parque Amazônia, Vila Rosa e Jardim Atlântico (ver Imagem 1). Ocupa uma área de aproximadamente 230.000 m², onde foi aplicada a legislação que propõe o Zoneamento Urbano Ambiental em faixas de preservação. Tal unidade de conservação, além de outros benefícios e intervenções técnicas, apresenta: trechos de matas ciliares preservados, áreas livres destinadas às atividades de lazer e convivência, lago artificial, 1.793 metros de pista para caminhada, estações de ginástica, caminhos internos e parque infantil. O Parque apresenta uma gama de atrativos para diversas faixas etárias e gostos diversificados, tendo dinamizado a vida comunitária, por meio da integração social dos seus usuários, além de incentivar e atrair pessoas para a prática de esportes ou simplesmente a contemplação.

Nos termos do art. 133 da Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007, que “dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências”, o Parque Cascavel é definido como uma das Áreas de Programas Especiais de Interesse Ambiental, as quais visam “a recuperação e conservação de áreas degradadas, de ecossistemas aquáticos, de fragmentos de vegetação nativa, de



recuperação de solos e contenção de processos erosivos, por meio da implantação de projetos públicos, ou parcerias público-privadas”.

Note-se que, em 2005, a cidade de Goiânia, no contexto de uma política de valorização de áreas verdes e de recuperação de áreas urbanas degradadas, reconhece através dos órgãos oficiais que obras da construção civil realizadas no espaço urbano geram impactos sobre o meio ambiente. Já no ano de 2006, a Lei municipal nº 8.480 instituiu o Programa de Parceria para Revitalização e Recuperação dos Mananciais. Por sua vez, o Decreto nº 1.194, de 4 de junho de 2007, estabelece que empresas da iniciativa privada poderão se tornar parceiros nos trabalhos de manutenção, preservação e recuperação de margens de mananciais e áreas degradadas. A partir daí implementa-se a modalidade de compensação ambiental na cidade de Goiânia como forma de mitigar impactos ambientais. Com esta iniciativa, grandes obras no espaço urbano, mesmo que causadoras de impactos ambientais, conseguem aval do poder público para sua efetivação, mediante ação compensadora de proteção e manutenção de áreas verdes e parques urbanos. Tal sistema torna evidente a aproximação entre o público e o privado. Neste contexto, o acordo celebrado entre a Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) e as incorporadoras Trípoli e Goldfarb possibilitou a implantação e a manutenção do Parque Cascavel, como contrapartida da autorização para a construção de quatro edifícios de grande porte, que integram o New Park Residencial Club, nas bordas limítrofes do novo parque.

Meio ambiente e qualidade de vida

O espaço imediato do Parque Cascavel, como já foi dito, nos últimos anos vem sendo palco de processos de especulação imobiliária, verticalização e conseqüente adensamento populacional. No bojo desta nova dinâmica sócio-espacial temos novas imagens/representações sendo produzidas. A região que no passado estava associada a problemas sociais, à carência de serviços urbanos, ao abandono e aos indicadores sociais depreciativos, apresenta-se hoje de forma requalificada, marcada por signos associados a status, qualidade de vida e prosperidade.

O uso de representações e as novas formas de perceber o bairro Parque Amazônia aparecem de maneira muito clara em matéria publicada no dia 25 de fevereiro de 2007, no *Jornal O Popular*, onde se encontra o depoimento do engenheiro civil Giuliano Milano:



Estou me mudando para um apartamento no Parque Amazônia. Conheço bem a região, alta e muito arborizada, e acredito em seu desenvolvimento. O prédio que escolhi fica perto de onde faço pós-graduação, do meu trabalho e da Avenida Rio Verde, onde ficam o Buriti Shopping, bons supermercados e uma grande variedade de produtos e serviços. O acesso a outros bairros é facilitado por avenidas de pista dupla. Além de prático, morar em apartamento é mais seguro.

A partir da leitura deste relato podemos constatar a presença de elementos concretos realmente presentes no lugar, mas sem dúvida hiperbolizados e expressos numa linguagem típica do mundo publicitário. Por sua vez, não podemos deixar de admitir que a eles estão atrelados signos e valores de natureza simbólica. Segundo Kashiwagi e Kozel “as imagens do mundo vivido resultam das experiências vividas no cotidiano e das representações de ordem simbólica, a qual não está ligada à racionalidade, da mesma forma que os comportamentos e as atitudes no espaço também não advém dela.” (2005, p. 71).

Ao observarmos os materiais publicitários utilizados como mecanismos de incentivo à aquisição de imóveis nas imediações do Parque Cascavel, notamos a importância dada ao espaço e à localização dos elementos a ele associados, conforme Figura 1 abaixo:



Figura 1: Proximidade do Parque Cascavel e acesso a bons indicadores de qualidade de vida e tranquilidade. Fonte: Folder da Construtora Moreira Ortence (2010).

Neste material, temos a localização do empreendimento Varandas de Copacabana, localizado em uma das bordas do Parque Cascavel, sendo apresentada como elemento de destaque. Além da vista para o nascente, tem-se o privilégio da visão panorâmica do Parque Cascavel e seus atrativos. Durante a realização de observações na área investigada, podemos notar a existência de uma série de equipamentos urbanos capazes de agregar valores positivos sobre a percepção do espaço: dois Shoppings Centers, a Cidade Empresarial de Aparecida de Goiânia, uma faculdade, a proximidade com quatro hipermercados e várias concessionárias. Notamos também, a profusão de outdoors, painéis,



luminosos e stands de vendas implantados com o objetivo de tornar visível os empreendimentos imobiliários nas suas mais variadas fases de implantação.

Ancorados nesta perspectiva até aqui apresentada, podemos compreender a atuação midiática das incorporadoras atuando rumo ao aumento da demanda por imóveis e promovendo a reprodução do capital. Dissemina representações alusivas à “posse privilegiada” de um bem imóvel, acompanhada de outros atributos valorizados socialmente – conforto, beleza, segurança, praticidade, entre outro. A atuação midiática implementada pelos agentes incorporadores pode de forma deliberada criar novas identidades ou percepções acerca do espaço vivido. Procura direcionar e condicionar a percepção do espaço através da divulgação de imagens facilmente assimiláveis a partir da manipulação informativa, psicológica e ideologia.

Paradoxalmente, processos de especulação imobiliária e verticalização, ao atenderem aos interesses mercadológicos das grandes incorporadoras, produzem áreas densamente povoadas marcadas pelo congestionamento, formação de ilhas de calor e uma série de pequenos problemas urbanos que, somados, negam os discursos associados à tranquilidade e qualidade de vida. Vale ressaltar que as campanhas publicitárias associadas aos empreendimentos imobiliários procuram sobremaneira negar e escamotear a existência de forças antagônicas que interagem na construção do espaço. Negam a dimensão conflituosa inerente às sociedades que se estruturam sobre bases mercadológicas.

Considerações finais

A instalação do Parque Cascavel na região sul do município de Goiânia, nas proximidades da zona de conurbação entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, tem desencadeado um forte processo de especulação imobiliária, que está associado à verticalização e conseqüente adensamento demográfico. Tal dinâmica, por outro lado, tem modificado o perfil de ocupação urbana da área, promovendo o deslocamento de antigos moradores, incluindo produtores de hortifrutis, e atraindo para a região um número significativo de investimentos para um público de alto poder aquisitivo.

Não restam dúvidas, porém, de que a instalação do referido Parque propiciou a criação de oportunidades de lazer e recreação para os novos moradores da área – e para os que ainda resistem ao processo de segregação espacial. Todavia, a dinâmica local está à mercê das decisões que são tomadas no âmbito das relações entre o governo local e as grandes incorporadoras/construtoras, responsáveis pela implantação e manutenção desse equipamento urbano.



Notamos, então, que a produção do espaço nas metrópoles está marcada pela ação de sujeitos detentores do capital, que utilizam de mecanismos capazes de direcionar os rumos e a dinâmica sócio-espacial urbana. São capazes também de alterar e imprimir novas imagens, discursos e percepções, num processo que pode ser melhor apreendido a partir das ferramentas conceituais e metodológicas da geografia da representações, como sinalizado anteriormente.

Referências

- AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (AMMA). Relatório do Plano Diretor de Arborização Urbana de Goiânia. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/download/amma/relatorio_Plano_Diretor.pdf, acessado em 25.02.2011.
- ARRAIS, T. P. A. Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org). *Geografia da cidade*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- GOIÂNIA. Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007, que “dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e dá outras providências” *Diário Oficial [do] Município de Goiânia*, Poder Executivo, Goiânia, GO, 26 jun. 2007. p. 5.
- KASHIWAGI, H. M e KOZEL, S. O Processo de percepção dos espaços marginalizados no urbano: o caso da favela do Parolin em Curitiba, *R. RA'É GA*, Curitiba, n. 9, p. 69-82, 2005,
- KLIASS, R. G.. *Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993.
- MASCARENHAS, G. Contribuições da geografia ao estudo do lazer. In: VII Seminário Lazer em Debate. *Anais...* Rio de Janeiro, 2006. CD-ROM.
- SANTOS, M. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. Parque público: um “álbi verde” no centro de operações recentes de Requalificação urbana? *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2, n. 3, p. 111-41, 2005
- SILVA, F.B e FERREIRA, W. R.. Parques urbanos de Uberlândia: estudo de caso no Parque Municipal Victório Siqueirolli. *II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas Para o Cerrado no Século XXI”*. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia, 26 a 29 de Novembro de 2003. Disponível em www.ig.ufu.br/2srg/5/5-20.pdf, acessado em 15.11.09.
- SILVEIRA, José A. R. da & RIBEIRO, Edson L.. *Novas centralidades e expansão intra-urbana*. Disponível em http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cqilua.exe/sys/start.htm?infoid=1405&sid=21&tpl=printerview, acessado em 06.06.2010.



SOUZA, F. S. de. *O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, M.A.A. de. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1994.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1998.